



A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRATOS DO PRONAF NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DOS COREDES (2013 – 2016)

**Dionéia Dalcin
Lidiane Kasper
Carlos Thomé
Juliana Strieder Kern**

Resumo

A agricultura familiar passa a ganhar força a partir da década de 1990, no Brasil, por meio de políticas públicas específicas e o fortalecimento da categoria com a produção para segurança alimentar. Neste sentido, o estudo objetiva analisar a captação de recursos e contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por Coredes do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a metodologia da pesquisa constitui-se na coleta de dados secundários extraídos da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) do Banco Central do Brasil, referente ao período de 2013 a 2016. Os dados foram analisados de forma descritiva a fim de sumarizar as principais evidências da temática. Os resultados apontam para uma concentração de recurso no Corede Norte e maior quantitativo de contratos no Corede Fronteira Noroeste. Dentre as finalidades do crédito e contratos do programa predomina no estado o custeio agrícola, com maior volume de recursos no Corede Fronteira Noroeste e contratos no Fronteira Noroeste e Rio da Várzea. O mapeamento, ainda indica o Corede Norte, Fronteira Noroeste e Rio da Várzea como os três maiores captadores de recursos e contratações do Pronaf. E entre os 100 municípios que mais captam recursos, o Corede Fronteira Noroeste é o que possui a maior representação, com 12 municípios, tendo destaque o município de Cruz Alta com o maior valor captado e Canguço o maior número de contratos realizados. Assim, evidencia-se as diferenças do Pronaf no Rio Grande do Sul e sua importância para o cenário nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Financiamento; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas para o meio rural, inicialmente adotadas, podem ser reduzidas a instrumentos de política agrícola, que tinham por objetivo o aumento da produção e da produtividade, não interessando como ocorria esta produção ou quem a realizava (BITTENCOURT, 1997).

Diante disso, como uma forma de incentivar a agricultura familiar, que foi alvo de diferentes estudos, bem como, atender as reivindicações de grupos e movimentos sociais, garantir a sobrevivência e desenvolvê-la no contexto agrícola brasileiro, práticas governamentais voltadas para esse quadro se fizeram necessárias (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).



O Estado passa a reconhecer, efetivamente, as especificidades da categoria dos agricultores familiares em sua agenda de prioridades políticas, primeiramente, por meio da criação do PRONAF, programa este que contemplava a agricultura familiar e, segundo, em 2006, através da promulgação da Lei nº 11.326/2006, também conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1995 como uma linha de crédito rural a partir de intensos movimentos e organização da agricultura familiar (BIANCHINI, 2015), surge como instrumento governamental de apoio e fortalecimento para a categoria, geradora de emprego e renda (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Ao longo de sua trajetória o programa foi sendo reestruturado a fim de ampliar seu público beneficiário e a diversificação nas suas linhas de crédito (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). O aumento dos recursos aplicados ao longo dos anos, a flexibilização das condições de acesso e a expansão para novas regiões também foram importantes avanços do programa (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014).

Mesmo tendo apresentado estes avanços, no que diz respeito às liberações de crédito e contratos firmados observa-se uma distribuição desigual no cenário nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2015), comportamento já observado nas investigações de pesquisadores que procuram entender as discrepâncias do programa no cenário nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, 2015; WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014). Segundo estes mesmos autores, ao verificar a distribuições dos recursos do programa, a região Sul foi e continua sendo a região que mais se utiliza deles, com destaque ainda para o estado do Rio Grande do Sul.

No período recente (2013 a 2015) a participação do estado do Rio Grande do Sul na contratação e captação de recursos do Pronaf continua chamando a atenção dentro do cenário nacional, respondendo por 15,05% dos contratos e 23,76% dos recursos totais do programa (KASPER; THOMÉ, 2016).

Em 1994, a partir da promulgação da Lei Estadual nº 10.283 (RIO GRANDE SUL, 1994) o estado foi dividido em Coredes, existindo atualmente 28 regiões de atuação (FEE 2017), sendo que esta divisão serviu de referência para a análise da distribuição dos contratos e recursos por Conselho Regionais.



Dada esta participação acentuada do Rio grande do Sul na captação de recursos e contratos do Pronaf, e com inspiração nestes trabalhos, a presente pesquisa objetivou analisar a captação de recursos e contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do estado do Rio Grande do Sul, a fim de mapear os Coredes que se destacam em termos de contratação e recursos bem como identificar os 100 municípios que são os maiores tomadores do crédito.

O presente trabalho esta dividido em quatro sessões, sendo esta sessão introdutória a primeira delas, na qual apresenta-se a contextualização e o objetivo da pesquisa. Na sequência está discriminada a metodologia empregada (sessão 2) para o seu desenvolvimento, seguida pelos resultados e discussões (sessão 3) que procuram apresentar os Coredes e o número de contratos e recursos captados, bem como os municípios em destaque e, por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo (sessão 4).

2 METODOLOGIA

Em termos metodológicos este estudo é classificado como descritivo, com enfoque quantitativo (SAMPIERI; COLLADO E LUCIO, 2013). Para obtenção das informações necessárias foram extraídos em 03 de março de 2017, dados secundários da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR) do Banco Central do Brasil (BCB, 2017), referente ao período de 2013 a 2016, sobre o quantitativo de contratos e valores captados do Pronaf, nas finalidades de custeio e investimento agrícola e pecuário para cada um dos municípios do Rio Grande do Sul, os quais foram agrupados posteriormente entre os 28 Coredes. Na sequência foram identificados os 100 municípios do Rio Grande do Sul com maior volume de recursos captados pelo Pronaf. A tabulação e interpretação dos dados foi realizada com auxílio do programa computacional BrOffice, utilizados para sumarizar as informações de forma descritiva em tabelas, quadros e gráficos, com apresentação de médias, valores absolutos e percentuais dos valores captados e os quantitativos de contratos.



3 OS CONTRATOS E RECURSOS DO PRONAF NOS COREDES DO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul firmou mais de 1 milhão de contratos do Pronaf no período de 2013 a 2016, captando quase R\$ 21 bilhões de reais. Embora o estado chame a atenção no cenário nacional em termos de contratos, observa-se que há uma involução no número deles nos últimos quatro anos, cuja característica não é acompanhada na mesma forma pelos recursos captados, já que estes aumentaram no período. E, os dados mostram que o valor médio dos contratos foi ascendente no período investigado, com valor médio de R\$ 20 mil reais, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de contratos e recursos acessados do Pronaf no RS: 2013 – 2016

	Nº de Contratos	Recursos captados	Valor Médio dos Contratos
2013	320.287	R\$ 4.779.096.051,29	R\$ 14.921,29
2014	275.948	R\$ 5.758.095.337,48	R\$ 20.866,60
2015	237.093	R\$ 5.253.635.760,25	R\$ 22.158,54
2016	220.230	R\$ 5.058.371.250,80	R\$ 22.968,58
TOTAL	1.053.558	R\$ 20.849.198.399,82	R\$ 19.789,32

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Para detalhar as informações da Tabela 1, verificou-se a distribuição destes quantitativos no estado por Corede, conforme Tabela 2, na qual se discrimina a participação de cada um deles quanto ao número de contratos, recursos adquiridos e valor médio dos contratos.

**Tabela 2 – Distribuição dos contratos e recursos acessados pelo Pronaf no RS por Corede: 2013 – 2016**

Corede	Nº de Contratos	Recursos captados	Valor Médio dos Contratos
Norte	88.443	R\$ 1.627.598.196,79	R\$ 18.402,79
Fronteira Noroeste	94.627	R\$ 1.616.516.998,32	R\$ 17.083,04
Rio da Várzea	77.916	R\$ 1.508.481.335,27	R\$ 19.360,35
Serra	56.882	R\$ 1.386.694.693,64	R\$ 24.378,44
Nordeste	65.215	R\$ 1.366.433.058,26	R\$ 20.952,74
Alto Jacuí	38.544	R\$ 1.328.836.768,39	R\$ 34.475,84
Missões	66.361	R\$ 1.276.447.041,47	R\$ 19.234,90
Celeiro	64.252	R\$ 1.203.701.275,88	R\$ 18.734,07
Produção	47.741	R\$ 1.133.150.818,03	R\$ 23.735,38
Noroeste Colonial	47.372	R\$ 985.401.240,72	R\$ 20.801,34
Vale do Taquari	45.990	R\$ 904.275.844,77	R\$ 19.662,44
Médio Alto Uruguai	52.477	R\$ 901.615.143,32	R\$ 17.181,15
Vale do Rio Pardo	72.437	R\$ 896.312.293,36	R\$ 12.373,68
Sul	48.828	R\$ 766.261.306,00	R\$ 15.693,07
Alto da Serra do Botucaraí	33.169	R\$ 730.154.087,15	R\$ 22.013,15
Central	36.427	R\$ 726.122.050,53	R\$ 19.933,62
Centro-Sul	23.236	R\$ 378.057.484,29	R\$ 16.270,33
Vale do Jaguari	18.703	R\$ 348.523.732,83	R\$ 18.634,64
Jacuí-Centro	15.944	R\$ 331.427.518,35	R\$ 20.786,97
Fronteira Oeste	13.747	R\$ 329.665.414,61	R\$ 23.980,90
Vale do Caí	14.054	R\$ 302.042.268,97	R\$ 21.491,55
Campos de Cima da Serra	10.489	R\$ 258.675.120,45	R\$ 24.661,56
Hortênsias	4.588	R\$ 137.695.440,22	R\$ 30.012,08
Litoral	4.960	R\$ 109.627.493,54	R\$ 22.102,32
Metropolitano Delta do Jacuí	2.468	R\$ 106.888.610,80	R\$ 43.309,81
Campanha	4.462	R\$ 92.019.188,25	R\$ 20.622,86
Paranhana-Encosta da Serra	2.443	R\$ 57.710.292,00	R\$ 23.622,71
Vale do Rio dos Sinos	1.783	R\$ 38.863.683,61	R\$ 21.796,79
TOTAL	1.053.558	R\$ 20.849.198.399,82	R\$ 19.789,32

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Dos 28 coredes no Rio Grande do Sul, nove somatizam cerca de 60% do volume total de recursos do estado, que são eles: o Corede Norte, Fronteira Noroeste, Rio da Várzea, Serra, Nordeste, Alto do Jacuí, Missões, Celeiro e Produção, nesta ordem, ao quais apresentam mais de 1 bilhão de recursos cada. Em contraponto, os Coredes Vale do Rio dos Sinos, Paranhana-Encosta da Serra e Campanha, nesta ordem, apresentam os menores valores captados, menos de 100 milhões cada. Assim, os extremos em termos de valores estão entre as regiões Norte (R\$ 1.627.598.196,79) e Vale do Rio dos Sinos (R\$ 38.863.683,61). Essa disparidade ou ordenamento pode estar relacionado ao fato, por exemplo de o Corede Norte possuir sua base



agropecuária relacionada às agroindústrias da Região e de Santa Catarina; já o Corede Vale do Rio dos Sinos por possuir um perfil econômico voltado às atividades industriais, com pouca participação da agropecuária, tem menor valor capturado (BERTÊ et al., 2016).

Já em relação ao número de contratos, o Corede Fronteira Noroeste (94.627), Norte (88.443) e Rio da Várzea (77.916) são os que mais contratam, ao passo que Vale do Rio dos Sinos (1.783), Paranhana-Encosta da Serra (2.443) e Metropolitano Delta do Jacuí (2.468) os que menos possuíram contratos do Pronaf.

De forma geral, segundo dados socioeconômicos destes municípios observados por Bertê et al. (2016), os com maior número de contratos e recursos são os locados em regiões predominantemente agropecuárias; e os com menor número de contratos e recursos estão em regiões com maior industrialização e/ou próximos a centros industriais.

Ao verificar o valor médio dos contratos o Corede Metropolitano Delta do Jacuí atingiu o maior valor médio (R\$ 43.309,81), ao passo que o menor foi registrado no Vale do Rio Pardo (R\$ 12.373,68). As regiões que apresentam o maior número de contratos (Fronteira Noroeste) e o maior número de recursos captados (Norte), quando verificado o valor médio elas ficaram nas posições 25º e 23º, respectivamente. Já o Corede Vale do Rio dos Sinos, que apresentou os menores quantitativos de contratos e recursos, passou para a 11º posição em relação ao valor médio dos contratos.

A partir do mapeamento dos dados da Tabela 2 dá-se maior visibilidade quanto a localização dos Coredes que mais se destacam em termos de contratações e recursos captados (Figura 1), como é o caso da regional Norte, Fronteira Noroeste e Rio da Várzea que realizaram mais de 60 mil contratos cada uma e captaram mais de 1,5 bilhões em recursos, cada uma. Estas regiões estão geograficamente próximas entre si, sendo que a Norte e Rio da Várzea são limítrofes entre si e separadas da Fronteira Noroeste pela regional Celeiro, todas na parte norte do estado.

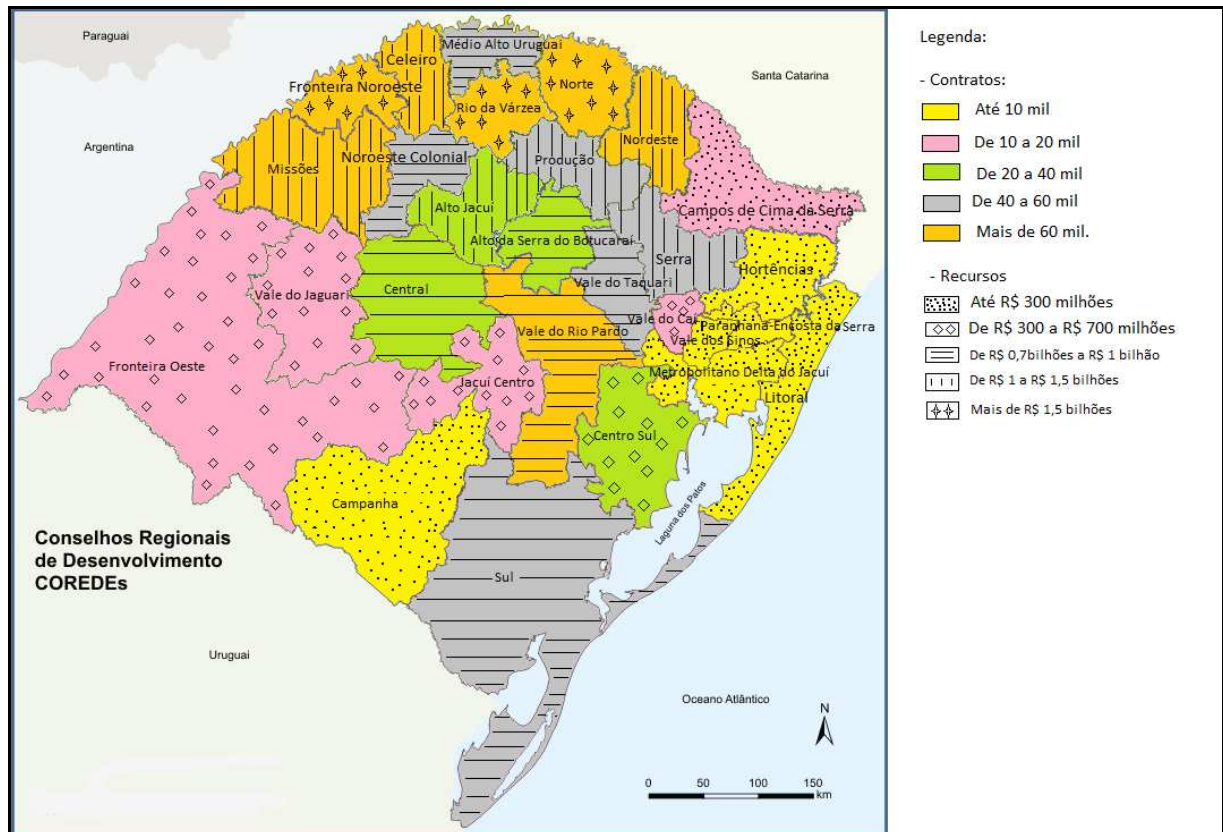
As regiões com menores quantitativos de contratos e recursos são os coredes Vale do Rio dos Sinos, Paranhana-Encosta da Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha. As 3 primeiras são limítrofes entre si e polarizadas pela capital gaúcha (BERTÊ et al., 2016), além da primeira e terceira também fazerem parte da região mais industrializada do estado (SILVA; MARION FILHO; CORONEL, 2007). Já o Conselho Regional da Campanha tem maior concentração de propriedades de



tamanhos médio e grande (BERTÊ et al., 2016) e localizado na divisa com o país vizinho Uruguai. Cada uma destas regionais realizaram até 10 mil contratos, captando até 300 milhões de reais.

Portanto a Figura 1 apresenta um panorama do Pronaf para o estado do Rio Grande do Sul, definindo de forma gráfica os Coredes quanto aos seus recursos e contratos, aproximando e distanciando algumas regiões.

Figura 1: Mapa da distribuição dos contratos e recursos do Pronaf entre os Coredes: 2013 – 2016



Fonte: Mapa extraído do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2017) e manipulado pelos autores a partir de dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

Como é sabido, os contratos e recursos do Pronaf podem ser para a finalidade de custeio e investimento agrícola e pecuário. Assim, em estudos realizados por Ebina e Massuquetti (2010) para o período de 1999 a 2008 em relação às finalidades do programa, identificaram que mais da metade do crédito captado pelo estado do Rio Grande do Sul era aplicado na finalidade de custeio agrícola, chegando a 90,66% do



recurso captado em 1999 e 55,28% em 2008. O investimento agrícola aparece como segunda finalidade em termos de recursos captados para o ano de 2008 (25,92%), já o investimento pecuário (11,82%) e o custeio pecuário (6,97%) apresentam, nesta ordem, os menores percentuais (EBINA; MASSUQUETTI, 2010).

Neste sentido, as Tabela 3 e 4 apresentam, a partir das finalidades do Pronaf, os percentuais de contratos e recursos de custeio e investimento agrícola e pecuários para os Coredes do Rio Grande do Sul.

Tabela 3 – Distribuição dos contratos de custeio e investimento agrícola e pecuário do Pronaf por Corede: 2013 – 2016

Corede	Custeio		Investimento	
	Agrícola	Pecuário	Agrícola	Pecuário
Alto da Serra do Botucaraí	2,23%	0,30%	0,46%	0,16%
Alto Jacuí	2,46%	0,54%	0,49%	0,18%
Campanha	0,04%	0,20%	0,03%	0,15%
Campos de Cima da Serra	0,45%	0,24%	0,16%	0,14%
Celeiro	4,03%	1,09%	0,57%	0,41%
Central	2,20%	0,51%	0,51%	0,24%
Centro-Sul	1,27%	0,02%	0,86%	0,05%
Fronteira Noroeste	5,55%	1,92%	0,94%	0,57%
Fronteira Oeste	0,21%	0,54%	0,09%	0,47%
Hortênsias	0,16%	0,16%	0,05%	0,05%
Jacuí-Centro	0,96%	0,16%	0,28%	0,11%
Litoral	0,25%	0,02%	0,16%	0,04%
Médio Alto Uruguai	3,02%	0,78%	0,65%	0,52%
Metropolitano Delta do Jacuí	0,10%	0,03%	0,06%	0,05%
Missões	3,78%	1,37%	0,66%	0,49%
Nordeste	3,95%	1,12%	0,73%	0,39%
Noroeste Colonial	2,95%	0,69%	0,63%	0,23%
Norte	5,36%	1,61%	0,94%	0,48%
Paranhana-Encosta da Serra	0,09%	0,03%	0,07%	0,04%
Produção	3,03%	0,61%	0,60%	0,29%
Rio da Várzea	5,15%	0,99%	0,85%	0,40%
Serra	3,47%	0,71%	0,97%	0,25%
Sul	2,52%	0,46%	1,15%	0,51%
Vale do Caí	0,75%	0,24%	0,24%	0,10%
Vale do Jaguarí	0,75%	0,48%	0,30%	0,24%
Vale do Rio dos Sinos	0,07%	0,02%	0,04%	0,03%
Vale do Rio Pardo	4,53%	0,51%	1,49%	0,35%
Vale do Taquari	1,83%	1,36%	0,52%	0,64%
TOTAL	61,18%	16,70%	14,53%	7,60%

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

A Tabela 3 mostra que 77,88% dos contratos são para a finalidade de custeio, principalmente para a atividade agrícola (61,18%), e nas operações de investimento



(22,13% dos contratos) as mais frequentes também são para as atividades agrícolas (14,53%). Dentre os Coredes, as finalidades de custeio agrícola e pecuário predominam no Corede Fronteira Noroeste, com 5,55% e 1,92% das contratações, respectivamente. O Corede Vale do Rio Pardo se destaca na finalidade de investimento agrícola (1,49%), enquanto que o Vale do Taquari apresenta o maior percentual (0,64%) no investimento pecuário.

Quanto a distribuição dos recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário do Pronaf por Corede (Tabela 4), mais da metade deste (66,04%) é aplicado no custeio, principalmente o agrícola (50,29%). Na finalidade investimento (33,96%) a maior parte do recurso também se volta para as atividades agrícolas (24,60%). Comportamentos semelhantes a finalidade dos recursos também foi observado em relação aos contratos nos quais o custeio agrícola é a principal finalidade das operações realizadas por meio do Pronaf no estado.

Tabela 4 - Distribuição dos recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário do Pronaf por Corede: 2013 – 2016.

Corede	Custeio		Investimento	
	Agrícola	Pecuário	Agrícola	Pecuário
Alto da Serra do Botucaraí	2,12%	0,32%	0,89%	0,17%
Alto Jacuí	3,24%	1,00%	1,72%	0,41%
Campanha	0,08%	0,15%	0,05%	0,16%
Campos de Cima da Serra	0,54%	0,21%	0,29%	0,20%
Celeiro	3,49%	0,94%	0,98%	0,38%
Central	1,90%	0,48%	0,86%	0,25%
Centro-Sul	0,56%	0,02%	1,19%	0,05%
Fronteira Noroeste	4,47%	1,51%	1,23%	0,56%
Fronteira Oeste	0,43%	0,50%	0,13%	0,52%
Hortênsias	0,09%	0,26%	0,11%	0,19%
Jacuí-Centro	0,89%	0,16%	0,40%	0,14%
Litoral	0,22%	0,01%	0,26%	0,04%
Médio Alto Uruguai	2,16%	0,64%	0,93%	0,59%
Metropolitano Delta do Jacuí	0,14%	0,10%	0,21%	0,06%
Missões	3,57%	0,93%	1,17%	0,45%
Nordeste	3,52%	1,20%	1,34%	0,49%
Noroeste Colonial	2,89%	0,65%	0,98%	0,21%
Norte	4,23%	1,40%	1,55%	0,62%
Paranhana-Encosta da Serra	0,07%	0,03%	0,13%	0,05%
Produção	2,85%	0,66%	1,52%	0,40%
Rio da Várzea	4,47%	0,88%	1,51%	0,38%
Serra	3,07%	1,06%	2,02%	0,51%
Sul	1,29%	0,47%	1,44%	0,48%
Vale do Caí	0,48%	0,26%	0,49%	0,22%
Vale do Jaguarí	0,68%	0,38%	0,38%	0,23%
Vale do Rio dos Sinos	0,06%	0,02%	0,08%	0,02%
Vale do Rio Pardo	1,96%	0,24%	1,85%	0,25%



Vale do Taquari	0,83%	1,28%	0,90%	1,32%
TOTAL	50,29%	15,75%	24,60%	9,36%

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).

A partir da leitura da Tabela 4, se observa que os recursos do Pronaf captados entre os Coredes, a finalidade do custeio agrícola está concentrada no Corede Fronteira Noroeste (4,47%), Rio da Várzea (4,47%) e Norte (4,23%), ao passo que na pecuária destaca-se novamente o Corede Fronteira Noroeste (1,51%), seguido do Norte (1,40%) e Nordeste (1,20%). No investimento agrícola as maiores captações ocorrem no Corede Serra (2,01%) Alto Jacuí (1,72%) e Norte (1,55%), enquanto que na pecuária o Vale do Taquari (1,32%), Norte (0,62%) e Médio Alto Uruguai (0,59%) aparecem com os maiores percentuais.

Visando detalhar à distribuição do crédito e de contratos do programa, foram identificados os cem municípios do estado que mais captam recursos e contratos no período de 2013 a 2016 (média), apresentando também o enquadramento junto ao Corede (Tabela 5).

Tabela 5: Cem maiores municípios do Rio Grande do Sul em volume de contratos e recursos captados pelo Pronaf: 2013 a 2016

Nº	MUNICÍPIO	Corede	CONTRATO	RECURSOS
1	Cruz Alta	Alto Jacuí	1.687	R\$ 278.811.465,97
2	Santa Rosa	Fronteira Noroeste	7.321	R\$ 198.569.490,09
3	Canguçu	Sul	16.587	R\$ 193.848.277,94
4	Ibirubá	Alto Jacuí	7.048	R\$ 193.575.955,12
5	Sananduva	Nordeste	8.342	R\$ 192.725.758,57
6	Chapada	Rio da Várzea	8.656	R\$ 188.629.952,15
7	Espumoso	Alto da Serra do Botucarai	5.146	R\$ 176.483.282,52
8	Sarandi	Rio da Várzea	6.677	R\$ 173.434.370,79
9	Três de Maio	Fronteira Noroeste	10.302	R\$ 169.212.915,31
10	São Lourenço do Sul	Sul	10.046	R\$ 168.129.088,11
11	Casca	Produção	4.297	R\$ 162.411.266,68
12	Ijuí	Noroeste Colonial	8.498	R\$ 161.928.213,42
13	Ajuricaba	Noroeste Colonial	6.881	R\$ 158.501.755,85
14	Constantina	Rio da Várzea	8.937	R\$ 156.527.968,15
15	Não-Me-Toque	Alto Jacuí	3.061	R\$ 153.430.473,69
16	Doutor Maurício Cardoso	Fronteira Noroeste	6.113	R\$ 143.637.215,65
17	Catuípe	Noroeste Colonial	6.811	R\$ 141.429.879,73



18	Bento Gonçalves	Serra	4.083	R\$ 136.440.888,98
19	Giruá	Missões	6.688	R\$ 136.109.822,09
20	Marau	Produção	5.347	R\$ 135.505.220,48
21	Sertão	Norte	5.020	R\$ 130.562.269,20
22	Tuparendi	Fronteira Noroeste	6.426	R\$ 128.944.586,63
23	Rondinha	Rio da Várzea	7.772	R\$ 128.663.549,40
24	Água Santa	Nordeste	3.951	R\$ 128.493.864,54
25	Caxias do Sul	Serra	3.693	R\$ 124.862.655,13
26	Santo Cristo	Fronteira Noroeste	8.812	R\$ 121.133.030,07
27	Teutônia	Vale do Taquari	2.827	R\$ 119.878.209,70
28	Santo Ângelo	Missões	6.232	R\$ 119.526.177,66
29	Soledade	Alto da Serra do Botucaraí	4.038	R\$ 118.913.213,69
30	Crissiumal	Celeiro	7.944	R\$ 111.418.149,54
31	Augusto Pestana	Noroeste Colonial	5.984	R\$ 110.432.580,65
32	Erechim	Norte	5.219	R\$ 109.459.753,89
33	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo	7.245	R\$ 109.057.203,00
34	Ronda Alta	Rio da Várzea	5.475	R\$ 108.342.838,18
35	Tapejara	Nordeste	3.847	R\$ 107.273.374,50
36	Colorado	Alto Jacuí	4.196	R\$ 106.837.111,57
37	Ibiraíaras	Nordeste	4.376	R\$ 103.459.863,93
38	Getúlio Vargas	Norte	4.484	R\$ 101.958.393,85
39	Campo Novo	Celeiro	2.136	R\$ 100.566.117,81
40	Liberato Salzano	Rio da Várzea	6.618	R\$ 100.542.852,92
41	Machadinho	Nordeste	4.943	R\$ 97.994.026,17
42	Coronel Bicaco	Celeiro	3.847	R\$ 96.674.241,29
43	Arroio do Tigre	Vale do Rio Pardo	9.054	R\$ 95.419.844,99
44	Lagoa Vermelha	Nordeste	4.088	R\$ 94.168.723,75
45	Entre-íjuis	Missões	4.607	R\$ 94.052.207,13
46	Nova Palma	Central	4.716	R\$ 92.995.030,13
47	Barão de Cotegipe	Norte	5.216	R\$ 92.740.592,41
48	Horizontina	Fronteira Noroeste	5.055	R\$ 92.606.985,86
49	Palmeira das Missões	Rio da Várzea	4.128	R\$ 92.500.124,37
50	Cândido Godói	Fronteira Noroeste	6.641	R\$ 91.312.884,47
51	David Canabarro	Produção	4.256	R\$ 91.122.060,05
52	Tenente Portela	Celeiro	5.279	R\$ 91.118.678,22
53	Restinga Sêca	Jacuí-Centro	3.222	R\$ 90.631.210,42
54	Guarani das Missões	Missões	5.791	R\$ 89.796.812,40
55	São Martinho	Celeiro	4.811	R\$ 89.627.080,66
56	Tapera	Alto Jacuí	2.186	R\$ 88.157.489,75
57	Antônio Prado	Serra	3.432	R\$ 88.121.716,30
58	Selbach	Alto Jacuí	3.671	R\$ 86.429.532,86
59	São Sepé	Jacuí-Centro	2.776	R\$ 86.200.841,08
60	Júlio de Castilhos	Central	2.730	R\$ 83.363.700,45
61	Campina das Missões	Fronteira Noroeste	6.423	R\$ 82.480.851,56



62	Nova Petrópolis	Hortênsias	2.031	R\$ 81.893.152,72
63	Nova Bassano	Serra	3.685	R\$ 79.427.098,37
64	Vila Maria	Produção	3.281	R\$ 79.336.897,91
65	Jóia	Noroeste Colonial	4.057	R\$ 77.878.912,45
66	Salvador das Missões	Missões	1.941	R\$ 77.657.661,37
67	Nova Ramada	Noroeste Colonial	3.160	R\$ 76.069.892,17
68	Independência	Fronteira Noroeste	4.081	R\$ 75.293.637,67
69	Novo Machado	Fronteira Noroeste	3.915	R\$ 75.288.928,48
70	Três Passos	Celeiro	5.818	R\$ 75.248.274,42
71	Rio Pardo	Vale do Rio Pardo	3.770	R\$ 75.016.947,53
72	Pelotas	Sul	4.084	R\$ 74.960.139,36
73	Tucunduva	Fronteira Noroeste	3.729	R\$ 74.901.208,17
74	Jaguari	Vale do Jaguari	4.288	R\$ 74.898.745,37
75	São Luiz Gonzaga	Missões	1.614	R\$ 74.822.719,73
76	Humaitá	Celeiro	4.437	R\$ 74.536.921,95
77	Candelária	Vale do Rio Pardo	6.024	R\$ 74.221.742,57
78	Jaboticaba	Rio da Várzea	3.459	R\$ 74.216.618,73
79	Agudo	Central	5.926	R\$ 74.132.678,80
80	Paim Filho	Nordeste	4.294	R\$ 74.016.497,29
81	São João da Urtiga	Nordeste	4.473	R\$ 72.806.820,89
82	São Francisco de Assis	Vale do Jaguari	4.280	R\$ 72.092.688,48
83	Dom Feliciano	Centro-Sul	6.205	R\$ 72.011.069,02
84	São Gabriel	Fronteira Oeste	2.924	R\$ 71.905.711,47
85	Camaquã	Centro-Sul	3.952	R\$ 71.599.273,65
86	Frederico Westphalen	Médio Alto Uruguai	4.071	R\$ 71.407.597,70
87	Victor Graeff	Alto da Serra do Botucaraí	2.752	R\$ 71.310.327,74
88	Ipê	Campos de Cima da Serra	3.396	R\$ 71.119.472,11
89	Campinas do Sul	Norte	2.823	R\$ 70.693.374,58
90	Quinze de Novembro	Alto Jacuí	3.491	R\$ 70.656.403,54
91	Santa Maria	Central	2.268	R\$ 69.447.459,46
92	Estrela	Vale do Taquari	1.945	R\$ 68.996.584,69
93	Panambi	Noroeste Colonial	3.427	R\$ 68.315.353,61
94	Aratiba	Norte	4.262	R\$ 67.771.459,85
95	Pinhal Grande	Central	3.217	R\$ 67.567.122,70
96	Serafina Corrêa	Serra	2.593	R\$ 67.232.621,62
97	Boa Vista do Incra	Alto Jacuí	2.324	R\$ 66.874.722,09
98	Viadutos	Norte	3.374	R\$ 66.873.020,59
99	Carlos Barbosa	Serra	1.305	R\$ 65.469.846,64
100	Boa Vista do Buricá	Fronteira Noroeste	4.354	R\$ 64.448.045,22

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados do Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2017).



Partindo de uma análise a partir das regionais, observa-se que dos cem municípios analisados, a Fronteira Noroeste teve o maior número de municípios tomadores de recursos (12), seguida das regionais Alto do Jacuí, Rio da Várzea e Nordeste com oito municípios em cada Corede. A região do Celeiro, Noroeste Colonial e Norte aparecem na sequência com 7 municípios, ao Coredes Missões e Serra com seis e o Central com cinco. A região do Vale do Rio Pardo e da Produção aparecem com quatro, e nas regionais do Alto da Serra do Botucaraí e Sul com três municípios. Dois municípios foram identificados para as regionais do Centro Sul, Jacuí-Centro, Vale do Jaguari e Vale do Taquari. Por fim, com apenas um município, apareceram às regionais Campos de Cima da Serra, Fronteira Oeste, Hortensias e o Médio Alto Uruguai. O Corede Litoral não teve municípios nesta relação dos cem municípios mais captadores.

Destaca-se que o município de Cruz Alta captou o maior recurso para o período (R\$ 278.811.465,97), mas em contrapartida o município de Canguçu foi o que mais número de contratos (16.587) realizou.

Estudo semelhante sobre os municípios que mais captaram recursos do Pronaf foi realizado por Mattei (2005) em nível nacional. Nele o autor apresenta um ranking dos 100 maiores tomadores de crédito entre os anos de 2001 e 2004, sendo que destes municípios 43 pertencem ao estado do Rio Grande do Sul. Ainda em relação ao estudo anterior, os 10 municípios brasileiros que foram os maiores tomadores de recursos, eram, também, todos do Rio Grande do Sul, a saber, Canguçu, Erechim, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Crissiumal, Pelotas, Candelária, São Lourenço do Sul, Soledade e Camaquã, nesta ordem.

Ao verificar a posição que os dez municípios acima relacionados ficaram neste estudo, observa-se que todos caíram de posição, ficando apenas o município de Canguçu entre os dez primeiros e classificado em 3º lugar quanto ao recurso captado. Quanto aos demais, a Tabela 5 mostra a nova posição que eles assumem atualmente, sendo que os municípios de Santa Cruz do Sul e São Lourenço do Sul sequer aparecem entre os 100 maiores tomadores de recursos do Pronaf no estado para o período de 2013 a 2016.

Ainda em relação ao estudo de Mattei (2005), o município de Cruz Alta que atualmente aparece como o maior captador de recursos no estado, sequer havia aparecido entre os 100 mais no cenário nacional. Santa Rosa, que estava na posição



47 no estudo subiu atualmente para a segunda posição. Estas informações mostram que várias mudanças ocorreram no estado em termos de captação de recursos, indicando que a agricultura familiar vem assumindo outras características entre os diversos municípios do estado.

Assim, evidencia-se que os Coredes possuem características de contratos e recursos distintos no Rio Grande do Sul, e também os municípios do estado são distintos entre si.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do estado do Rio Grande do Sul na contratação e captação de recursos do Pronaf chama a atenção em nível nacional. Para o período de 2013 a 2016 foram captados quase R\$ 21 bilhões de reais e realizados mais de 1 milhão de contratos.

A análise da distribuição dos recursos do estado entre os Coredes indica o Norte e o Vale do Rio dos Sinos como os extremos nesta captação, enquanto que em termos de contratos surge a Fronteira Noroeste e novamente o Vale do Rio dos Sinos com o maior e menor quantitativo, respectivamente. Esse comportamento se altera ao analisar o valor médio dos contratos, destacando-se o Corede Metropolitano Delta do Jacuí com o maior valor médio (R\$ 43.309,81) e o Vale do Rio Pardo (R\$ 12.373,68) com o menor valor.

Em relação ao mapeamento dos recursos e contratos do Pronaf feita a partir da divisão do estado entre os seus Conselhos Regionais, o estudo aponta que os Coredes Norte, Fronteira Noroeste e Rio da Várzea são aqueles com os maiores quantitativos, enquanto que os menores apontam para as regiões da Campanha, Paranhana-Encosta da Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos.

Entre as finalidades do Pronaf, o custeio agrícola apresenta os maiores quantitativos em termos de captações e contratações no estado. Analisando os Coredes os contratos de custeio agrícola e pecuário foram mais frequentes no Corede Fronteira Noroeste, enquanto que o investimento agrícola se destaca no Vale do Rio Pardo e o pecuário no Vale do Taquari. Os recursos de custeio agrícola e pecuário também foram mais frequentes no Fronteira Noroeste. Já no investimento agrícola as



maiores captações ocorrem no Corede Serra, enquanto que o investimento pecuário foi maior no Vale do Taquari.

E a análise dos 100 municípios com maior volume de recurso captado, indica que a maior parte deles se encontra na Fronteira Noroeste (12), e conseqüentemente estão na região também se destaca no cenário nacional como sendo uma das maiores tomadoras de recursos do Pronaf.

Observa-se ainda em comparação ao estudo realizado por Mattei (2005), que a captação de recursos pelos municípios gaúchos sofreu variações ao longo dos anos, indicando mudanças nas características da agricultura familiar no estado. Portanto, evidencia-se a relevância de realizar estes estudos, mostrando as diferenças quanto aos contratos e recursos do Pronaf, de forma a auxiliar no desenvolvimento desta política pública.

Por fim, observa-se que a pesquisa não pretendeu esgotar o assunto, mas contribuir para o andamento dos estudos sobre o Pronaf e apresentar os indicativos atuais do número de contratos e o quantitativo de recursos captados.

Agradecimento

Ao apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da UFFS (PRO-ICT) e do PROBIC/FAPERGS.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, I, 2010, Natal – RN. **Anais...**, Natal, 2010.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional: Crédito Rural. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro –SICOR. **Matriz de Dados do**



Crédito Rural. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em 3 mar. 2017.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline; et al. BOLETIM GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (Edição Especial - Perfis Socioeconômicos dos COREDEs) nº 26. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2016.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios.** Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_V ALTER_BIANCHINI.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. As políticas Agrícolas e a agricultura familiar no sul do Brasil. **Cadernos de pesquisa**, nº 7, p. 125-140, mai.1997. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_politicas_agricolas_e_a_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 25 mai. 2016

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 21-49.

EBINA, Ricardo Kinzo; MASSUQUETTI, Angélica. Análise do Pronaf na Região Sul do Brasil: um estudo do Rio Grande do Sul no período 1999 – 2008. In: 5º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre – RS. **Anais...**, 2010, 30p.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Corede.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em 20 abr. 2017.

KASPER, Lidiane; THOMÉ, Carlos. O desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: um panorama das cinco regiões brasileiras de 2013 a 2015. In: **Salão do Conhecimento**, 2016, Santa Rosa. Anais...Santa Rosa: **Salão do Conhecimento UNIJUI**, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7295>>. Acesso em: 20 abr. 2017

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores.** Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, núcleo de estudos agrários e desenvolvimento Rural, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispões sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em:<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

2017

VIII Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

SILVA, Mariangela Amaral; MARION FILHO, Pascoal José, CORONEL, Daniel Arruda. Análise das desigualdades entre os COREDES no período de 1990 a 2003: origem e evolução. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.3, n.1, p.62-81, 2007.

WESZ JUNIOR, Valdemar; GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vítor Duarte. **O desempenho do Pronaf no Brasil**: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52., 2014, Goiânia. Anais... Goiânia: SOBER, 2014. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3500.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.